

SISTEMA FAEP



Mala Direta  
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR  
CORREIOS

impresso

# BOLETIM informativo

www.faep.com.br

Ano XXIV | nº 1087 | 15 a 21 de março de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

**FUNRURAL** A decisão do  
Supremo Tribunal Federal



pág **11**



SANIDADE | PÁG 02



## O grande **DESAFIO** da pecuária paranaense

» Conselhos de sanidade, infraestrutura, fiscalização. A lição foi feita. Agora...

2

**Capa**

O desafio da sanidade



Cleverson Beje



6

**Trânsito**

O controle das fronteiras

8

**Santa Catarina**

A conquista do vizinho

9

**Seminários**

Os eventos dessa semana

10

**Meio ambiente**

Os gringos e as ONGs

11

**Especial Funrural**

Tudo sobre a decisão do STF

15

**Custos de produção**

Preços e produtividade

16

**Via Rápida**

A imprensa, o burro, o elefantinho, o Jaburu e a Maria Louca na Praça Vermelha!



Divulgação



20

**Cursos SENAR-PR**

Posses, avicultura, artesanato e leite

21

**Opinião**

O balanço do crédito

# Sanidade e sucessão presidencial mobilizam produtores rurais

Propostas aos candidatos presidenciais e expectativa do anúncio do Paraná livre de aftosa sem vacinação

**D**ois grandes eventos que interessam e motivam os produtores e a sociedade paranaense serão realizados neste dia 18, no Teatro Positivo (Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido - Curitiba/PR), com discussões abertas para o público. A CNA e a FAEP promovem o seminário “O que esperamos do próximo presidente” e a FAEP o seminário “Paraná livre de aftosa sem vacinação”. Antes de alcançar a capital paranaense, a CNA convocou encontros em outras cidades brasileiras para apresentar propostas de suas regiões aos futuros candidatos presidenciais. Em Curitiba, no dia 17, representantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul consolidarão as sugestões dos três estados do Sul. Nos dias 24 e 25 de março, em São Paulo, um documento com as expectativas dos produtores rurais brasileiros será elaborado e encaminhado aos candidatos e aos presidentes de partidos políticos (veja pg 9).

Há uma grande expectativa para que na tarde desta quinta-feira (18) o Ministério da Agricultura anuncie o apoio ao pedido da SEAB, FAEP e outras entidades, declarando o Paraná com o status de Estado livre de aftosa sem vacinação. Ou indique o estágio em que se encontra o pedido, cuja sustentação está baseada nas seguintes conquistas:

- » Altos índices de vacinação em todas as campanhas realizadas no Paraná;
- » adequado sistema de vigilância sanitária;
- » cadastramento dos criadores de bovinos e búfalos;
- » controle do trânsito de animais e produtos;
- » e, fundamentalmente, a organização dos criadores e produtores nos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária - CSAs.





# Uma operação de guerra

Presidente da FAEP, Ágide Meneguette, avalia pedido paranaense para ser área livre de aftosa sem vacinação

**Qual o significado e o impacto para o Paraná ter o status de área livre de febre aftosa sem vacinação?**

ÁGIDE MENEQUETTE | Eu vejo que o Paraná, pela sua estrutura fundiária, predominantemente de pequenas e médias propriedades, nunca vai concorrer com o Centro-oeste brasileiro. Eles montaram uma estrutura de produção que é auto-suficiente. Por isso, nós do Paraná temos de produzir algo diferenciado, que não seja commodity. Ou seja, nós precisamos deste selo internacional, que é o status de livre de febre aftosa sem vacinação. O ideal seria todo o país ter a certificação, mas não é assim, apenas Santa Catarina tem. Por isso, essa nova condição valorizará os nossos produtos agrícolas, não apenas carnes, mas toda a produção do estado estará valorizada e terá o mercado aberto aos países mais exigentes. A partir de agora, os grandes investimentos de indústrias nacionais e internacionais acontecerão neste setor aqui no Paraná.

**Uma série de etapas serão cumpridas. Qual a expectativa para que isso chegue a OIE (Organização de Saúde Animal)?**

AM | O ministro de Agricultura (Reinhold Stephanes) veio ao Paraná receber a solicitação do Estado para que o ministério encaminhe o processo. O MAPA vai responder ao pedido e certamente teremos alguns ajustes a serem feitos. Esse procedimento é o início de uma caminhada em que nós só teremos o resultado daqui a 12 meses ou talvez um pouco mais. Nós demos a largada no processo de trabalho que terá vários desdobramentos. Por isso queremos cada vez mais que a sociedade participe. Nós, da FAEP, juntamente com Fundepac e a Secretaria da Agricultura criamos 330 Conselhos de Sanidade Animal (CSAs) no Paraná, que serão 399 até maio para que o Estado crie uma cultura sanitária.

No período do Poloni (Antonio, ex-secretário de Agricultura) houve a reestruturação, mas não conseguimos implantar em todos os municípios.

**“ O Paraná não pode perder mais um ano em sua economia porque haverá um processo eleitoral. As autoridades, os candidatos estão assumindo compromissos e todos participarão, independente de quem está no poder ”**

Com o tempo foi abandonado esse trabalho e só agora, quando o (Valter) Bianchini assumiu a secretaria, houve a reestruturação e a Seab (Secretaria de Agricultura) entrou com o peso dela. Antes a questão era vacinação, agora é trânsito. Não se pode mais trazer animais de fora. O principal mesmo é a cultura do novo status. Faremos um seminário neste dia 18, no Teatro Positivo, para entrar nesse novo status.

**Esse é um ano eleitoral e ano que vem teremos mudanças na estrutura do Estado. Pode-se dizer que há risco de esvaziamento do projeto? Como evitar que isso ocorra?**

AM | O Paraná não pode perder mais um ano em sua economia porque haverá um processo eleitoral. Nós conversamos com o vice-governador Orlando Pessuti, que assumirá o governo a partir de abril, e também com os possíveis candidatos a governador Osmar Dias e Beto Richa. Falamos para que eles participem desse grande seminário que faremos ainda em março, dia 18. O objetivo é que eles conheçam o assunto e assumam o compromisso da continuidade. Esse trabalho não é do governo Roberto Requião. É um trabalho de 25 anos da sociedade paranaense. Essas autoridades, esses candidatos estão assumindo compromissos onde todo mundo deve participar, independente de quem está no poder.

**Já houve algumas críticas ao pedido paranaense, especialmente da indústria paulista.**

AM | A gente entende essas críticas, esse posicionamento. Se você é um fabricante e vai ter seu faturamento diminuído, evidentemente que você tem o direito de espernear. Mas a sociedade do Paraná tem o direito de agregar valor a sua produção e ir em frente.

**O Paraná já poderia ter o status de área livre?**

AM | Se não fosse o acidente de percurso de 2005, nós já estávamos reconhecidos. Mas, agora, estamos

voltando ao estágio que já estávamos. Com uma diferença. Nós tivemos a felicidade de ter um ministro paranaense (Reinhold Stephanes) e um secretário de Defesa Animal e Vegetal (Inácio Kroetz) também do Paraná. Avançamos muito nos últimos quatro anos e tenho certeza de que avançaremos mais.

**O Paraná caminha para ser um modelo brasileiro de sanidade, principalmente pelo trabalho desenvolvido em torno dos CSAs (Conselho de Sanidade Animal)?**

AM | Tenho certeza que o Paraná será um modelo de sanidade porque o que nós fizemos aqui no passado, à época em que o secretário da Agricultura era o Antonio Poloni, foi eficiente. Fomos à Europa, Espanha, França, Itália e olhamos o que estava sendo feito lá fora. Nesse período demos início ao trabalho de implantação dos CSAs. Construímos esse modelo para a sociedade, buscando credibilidade internacional.

**Há a questão dos recursos humanos. Será que o governo em pouco tempo conseguirá adotar uma nova política de RH, principalmente na área de profissionais dedicados à sanidade, e resolver esse problema que é sério e não é fácil de ser resolvido?**

AM | O que hoje temos é falta de alguns técnicos e a informação que tenho é de que o governador já autorizou a contratação de pessoal concursado. É uma questão administrativa e tenho convicção que será feito. É sabido que isto precisa ser encaminhado a ponto do governador Roberto Requião cancelar a sua agenda, sua viagem, para participar do seminário do dia 18.

Fotos: Cleverson Beje



**Até agora houve uma grande movimentação política para chegar-se a essa etapa. O objetivo do seminário do dia 18 é promover o efeito multiplicador em torno da sociedade?**

AM | Sim, estamos convidando todos os conselhos de sanidade animal e vegetal do estado para participar. Assim como todos os dirigentes sindicais do estado, todos os secretários de agricultura municipais e, evidentemente, todos os prefeitos que queiram participar. Nós queremos uma grande caixa de ressonância, um trabalho de operação de guerra para buscar até o ano que vem esse reconhecimento. Tenho esperança que esse documento entregue ao ministro da agricultura tenha uma resposta feliz. Espero que ele venha com uma resposta a esse documento mostrando como estamos e o que temos de fazer para termos esse reconhecimento.

**O fato de o Brasil ser uma grande fonte de proteína, sua presença no mundo só vai aumentar se for obtida a devida credibilidade. Como deve ser conduzido esse processo?**

AM | O ministro Stephanes conseguiu a implantação de adidos agrícolas para trabalhar nas embaixadas no exterior buscando a abertura de mercado. Mas não adianta vender lá se não há retaguarda, credibilidade e seriedade. Ninguém vai dar mercado para ninguém: “olha vem cá que eu preciso comprar”. Nós temos que conquistar. A partir do momento que você vai buscar mercado, você está tirando alguém dele e isso é uma guerra no mercado internacional. Para isso temos que ter o status de área livre de febre aftosa sem vacinação para pegarmos um Japão, Estados Unidos,



**“ É um trabalho de operação de guerra para buscar até o ano que vem esse reconhecimento. Vamos criar a marca do Paraná que está com uma bagagem muito boa e transferindo conhecimento para outros estados”**

países que têm um poder aquisitivo muito maior, que podem valorizar o nosso produto.

**O Paraná poderá enfrentar alguma dificuldade com relação aos outros estados que não têm o mesmo “status”?**

AM | Vamos criar a marca do Paraná, sem dúvida nenhuma, mas eu tenho esperança que o Brasil vai continuar investindo na área de sanidade animal, criando cultura, educação e estrutura necessária. O Paraná hoje está com uma bagagem muito boa e transferindo conhecimento para outros estados. O Brasil é um continente. Para esse continente ser liberado da aftosa sem vacinação, precisamos de etapas. Estamos caminhando juntamente com Santa Catarina, que já possui o status livre sem vacinação, e o Rio Grande do Sul está avançando. Isso é um processo.

**O trabalho de controle de trânsito, inclusive, deve ser mais forte na fronteira norte do Paraná, uma vez que o Estado faz divisa com Mato Grosso do Sul e São Paulo, que não são áreas livres sem vacinação?**

AM | A disseminação da cultura é no estado todo. Agora, as críticas que estão fazendo ao Paraná, é de que a estrutura das barreiras não é boa, não é de qualidade. Mas estão trabalhando nisso com prioridade. O governador tirou a fiscalização das barreiras de ICM que tínhamos na fronteira do estado, repassou tudo para a secretaria de Agricultura, para a defesa animal e vegetal. Então essa estrutura já estará funcionando. E onde faltar, que é em um ou dois pontos, e o governo vai procurar resolver o problema. Senão vamos mobilizar a classe empresarial para resolver.

**O trabalho do CSA também é fundamental para isso, devido a sua presença local?**

AM | Sim, ele é o grande sentinela na fronteira do estado.



**V**veja as instruções sobre o trânsito de animais e produtos no Paraná, se o MAPA reconhecer o Estado como área livre de febre aftosa sem vacinação, baseadas na Instrução Normativa 44/2007.

## 1 | ANIMAIS

**Bovinos e bubalinos** | Não poderão adentrar ao Paraná animais vacinados contra a febre aftosa, notadamente, bovinos e bubalinos de todos os demais estados do Brasil, (exceto do estado de Santa Catarina que já está na condição de área livre de febre aftosa sem vacinação).

As saídas de bovinos e bubalinos para Santa Catarina deverão ficar proibidas até que se obtenha o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (salvo disposição em contrário do MAPA).



## Suíños, ovinos e caprinos

Nos termos da Instrução Normativa nº 44/2007, será permitido o ingresso de suínos, ovinos e caprinos quando oriundos de área livre de febre aftosa com vacinação. Os ingressos dessas espécies para outras finalidades que não o abate (cria, engorda, reprodução) poderá ocorrer mediante a autorização de ingresso, quando atendidas as condições de identificação individual, isolamento por 30 dias e resultado negativo ao teste de diagnóstico para a febre aftosa.



## 2 | Será permitido o ingresso dos seguintes produtos e subprodutos oriundos de área livre de febre aftosa com vacinação:

» **Carne fresca** com ou sem osso de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e caprinos obtida em estabelecimento com inspeção com reconhecimento SISBI (federal, estadual ou municipal);

» Leite "in natura" procedente de indústria com inspeção oficial (SISBI) transportado sob refrigeração e destinado à indústria para beneficiamento imediato;

» Couros e peles em bruto, submetidos a salga por sete dias, procedentes de estabelecimento com inspeção oficial.



# De olho TRÂN DE AN

Preocupação e risco para a manutenção das zonas livres de aftosa



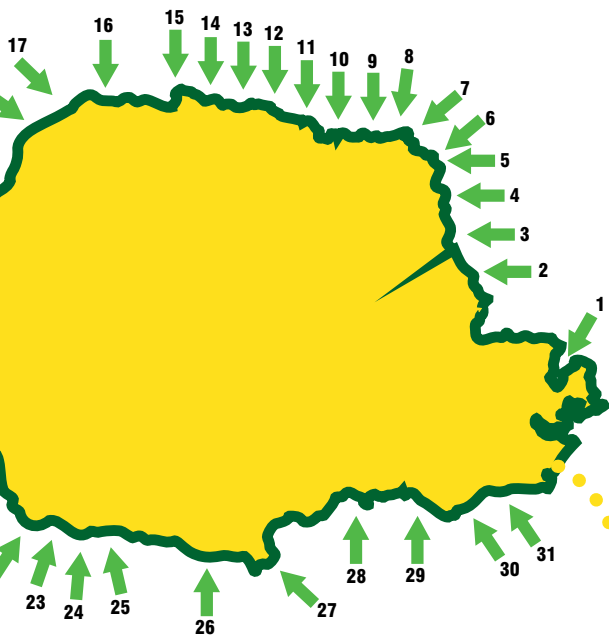
**A**partir do momento em que o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) considerar o Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação serão aplicadas as medidas estabelecidas pela Instrução Normativa nº 44, de 02 de outubro de 2007, que aprova as diretrizes para a erradicação da febre aftosa no Brasil, considerando as diferentes espécies suscetíveis.

A maior preocupação para a manutenção das zonas é o risco do trânsito ilegal de animais, o que exige atenção especial do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

Atualmente os criadores que possuem propriedades em áreas ou estados com classificação de risco maior que o Paraná são orientados a tomarem medidas de precaução para não causarem riscos ao rebanho paranaense. A SEAB já fiscaliza as propriedades consideradas de maior risco para a febre aftosa no Paraná, e, "não necessariamente, essas propriedades estão situadas nas divisas interestaduais ou nas fronteiras internacionais", afirma o Chefe do Defis/Seab, Silmar Pires Bürer.

Segundo Bürer, o Paraná se beneficia de barreiras naturais que dificultam o trânsito ilegal oriundo do Paraguai. Situação diferente do Mato

# ho no SITO MAIS



Grosso do Sul que mantém extensa fronteira seca com o Paraguai, o que exigiu a implantação da ZAV (Zona de Alta Vigilância) na fronteira. O rigoroso controle, inclusive com identificação dos animais e vacinação oficiais, minimizou esse ingresso irregular e, com isso, o Paraná se beneficia dessas medidas. “O Paraná, por meio da SEAB e do DEFIS está fazendo a sua parte, contudo, é preciso que efetivamente, todos (criadores e a indústria) queiram e valorizem o diferencial da qualidade sanitária”, diz Bürer (foto).



**SILMAR PIRES  
BÜRER: O  
Paraná está  
fazendo a sua  
parte**

### 3 | Será permitido o ingresso de área classificada como de risco médio (controles estabelecidos) para a febre aftosa, nas seguintes condições:

- » Carne bovina desossada e maturada;
- » Carne fresca de suínos, caprinos e ovinos obtidas em estabelecimento com inspeção (SISBI) e destinada a outro estabelecimento com SISBI, onde será submetida a tratamento para inativação do vírus;
- » Leite “in natura” procedente de indústria com inspeção oficial (SISBI) transportado sob refrigeração e destinado à indústria para beneficiamento imediato;
- » Couros e peles em bruto, submetidos a salga por vinte e oito dias, procedentes de estabelecimento com inspeção oficial.

### 4 | Será permitido o ingresso dos seguintes produtos e subprodutos oriundos de todo o território nacional:

- » Carnes e miúdos destinados ao consumo humano, submetidos a tratamento térmico que inative o vírus da febre aftosa;
- » Couros e peles curtidos ou em qualquer fase de industrialização;
- » **Leite pasteurizado** ou leite longa vida, com tratamento UHT;
- » Cascos, chifres, pelos e crinas submetidos a tratamento;
- » Ração animal industrializada;
- » Sebo (gordura fundida);
- » Farinha de carne e osso;
- » Gelatina e colágeno hidrolisado;
- » Outros produtos e subprodutos submetidos a tratamento suficiente para inativar o vírus da febre aftosa.



### SÊMEM E EMBRIÕES

- » Será permitido o ingresso na área livre de febre aftosa sem vacinação de sêmen, embriões e ovócitos de animais suscetíveis, quando obtidos em centro registrado pelo serviço oficial e processados de acordo com as normas técnicas internacionais, localizados em estados classificados até, no mínimo, como o risco médio para a febre aftosa.



### LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE FISCALIZAÇÃO

- |                           |                          |                           |
|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 1 » Campina Grande do Sul | 11 » Sertaneja           | 22 » Barracão             |
| 2 » Sengés                | 12 » Porecatu            | 23 » Flor da Serra do Sul |
| 3 » Santana do Itararé    | 13 » Lupionópolis        | 24 » Marmeleiro           |
| 4 » Salto do Itararé      | 14 » Santo Inácio        | 25 » Vitorino             |
| 5 » Carlópolis            | 15 » Itaguajé            | 26 » Abelardo Luz (SC)    |
| 6 » Ribeirão Claro        | 16 » Terra Rica          | 27 » General Carneiro     |
| 7 » Jacarezinho           | 17 » Diamante do Norte   | 28 » São Mateus do Sul    |
| 8 » Jacarezinho           | 18 » São Pedro do Paraná | 29 » Rio Negro            |
| 9 » Cambará               | 19 » Querência do Norte  | 30 » Piên                 |
| 10 » Andirá               | 20 » Vila Alta           | 31 » Tijucas do Sul       |
|                           | 21 » Guairá              |                           |

# A conquista de Santa Catarina

Como nosso vizinho obteve o status de estado livre da aftosa sem vacinação



**H**á três anos, a vizinha Santa Catarina conquistou o status de área livre de febre aftosa sem vacinação, se tornando o único estado brasileiro a ter esse importante reconhecimento. Para que o projeto desse certo foi preciso a união de várias entidades e o ponto decisivo foram as parcerias público-privadas. “Se não houvesse o braço forte do produtor e da indústria, injetando recursos, o processo de avanço do status sanitário não teria ocorrido”, relatou Celso Doliveira, médico veterinário da FAEP, que acompanhou a estratégia de implantação do projeto catarinense.

De acordo com ele, os trabalhos começaram em 1993, quando Santa Catarina teve mais de mil focos de febre aftosa. Para por fim ao problema foi feita uma parceria entre a iniciativa privada e o governo estadual na elaboração de um Plano de Erradicação da Febre Aftosa. Para isso, três veterinários do serviço público se uniram a outros três profissionais da área para a realização do planejamento e implantação do plano na parte técnica. “Todas as pessoas sempre foram unânimes na afirmação de que o apoio da iniciativa privada foi decisivo para o sucesso do status sanitário atingido hoje por Santa Catarina”, declarou Celso.

Ainda nos anos 90, com o plano colocado em prática, o estado sulista conquistou o status de livre da aftosa com vacinação. Porém, teve que manter o controle intenso para que pudesse avançar. Em 2006, foi criado o ICASA - Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária. A entidade foi responsável pela contratação dos 119 veterinários que reforçaram a estrutura de Defesa Sanitária.

## Fundos

Para dar sequência ao trabalho de sanidade em Santa Catarina foram criados três fundos para defesa agropecuária: Fundesa (Fundo Estadual de Sanidade Animal); Fundo da Suinocultura e Fundo de AVES.

O primeiro é administrado pelo governo estadual e destina 50% de seus recursos ao combate da aftosa. São arrecadados cerca de R\$ 60 mil por mês e o caixa total gira em torno de R\$ 17 milhões.

Já o Fundo da Suinocultura é administrado pelo SINDICARNE (Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados) e pela Associação de Produtores de Suínos. O saldo é de aproximadamente R\$ 14 milhões e o dinheiro é usado para indenizações e ações preventivas.

O Fundo de Aves foi criado para erradicar a Doença de New Castle e controlar a Influenza. A administração também é privada e conta hoje com recursos superiores a R\$ 4 milhões.

## \* PROVIDÊNCIAS

**E**nquanto o Ministério analisa o pedido, providências já estão sendo tomadas pelo Governo do Estado:

- >> contratação de médicos veterinários e técnicos agropecuários;
- >> capacitação técnica, recuperação dos postos de fiscalização sanitária;
- >> aquisição de 222 veículos novos para as 132 unidades locais de Sanidade Animal (Unidades Veterinárias);
- >> vinte veículos novos para os postos de fiscalização Sanitária e Fitossanitária nas divisas interestaduais;
- >> aquisição de 352 microcomputadores novos, impressoras, mobiliário, GPS, equipamentos de proteção, etc.



# Compromisso público

FAEP reúne autoridades e produtores pelo status de área livre sem vacinação

**A**utoridades políticas federais, estaduais e municipais e representantes das mais diversas entidades públicas e privadas, além de futuros candidatos ao governo do estado e demais cargos estarão reunidos neste dia 18 de março, em Curitiba, para debater a febre aftosa. No entanto, mais do que isso, todos estarão assumindo o compromisso de unir forças para garantir a certificação de área livre de febre aftosa sem vacinação ao Paraná.

O encontro acontecerá na Universidade Positivo, em Curitiba, e começará com um almoço no Pavilhão da Unimed. Depois, no começo da tarde, no Teatro Positivo, o presidente da FAEP e do FUNDEPEC, Ágide Meneguette, dará início aos debates.

Estão previstas palestras do Setor Industrial, do DEFIS (Divisão de Defesa Sanitária) e da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. O secretário de Agricultura e presidente do Conesa, Valter Bianchini, também fará seu pronunciamento, falando sobre o pedido paranaense para ser reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. O encerramento do seminário será feito pelo governador Roberto Requião.

**FAEP volta a mobilizar a sociedade paranaense**

Arquivo



## PROPOSTAS

# Sul encerra ciclo de seminários da CNA

Curitiba recebe quinto encontro

“O que esperamos do próximo presidente?”

**A** região Sul do país encerra o ciclo de cinco seminários promovidos pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) para debater propostas a serem apresentadas aos candidatos à presidência da república nas eleições deste ano. O encontro com o tema “O que esperamos do próximo presidente?” discute, nos dias 17 e 18 de março, em Curitiba, o agronegócio da região.

As propostas serão incluídas aos demais pedidos das outras regiões do Brasil para conso-

lidar o documento com as prioridades do setor rural, durante o evento nacional dias 24 e 25 de março, em São Paulo. Oito temas principais norteiam as discussões: Alimentos Saudáveis; Insegurança Jurídica; Logística; Meio Ambiente; Política Agrícola; Processo Tecnológico; Qualificação Profissional e Responsabilidade Social.

Um dos assuntos já discutidos nos seminários foi em relação a Norma Regulamentadora (NR) 31, do Ministério do Trabalho, que define as regras de saúde e segurança para o meio rural, com 252 exigências. “Carregamos o peso de uma legislação que não quer proteger o trabalhador, mas punir o patrão e desrespeitar o direito constitucional à propriedade privada. Não queremos que se extinga a NR31, mas que se retire dela os excessos nos seus 252 itens impostos ao empregador”, destacou a senadora Kátia Abreu, presidente da CNA.

O evento já foi realizado em Salvador (BA) e Palmas (TO), onde foram reunidas as sugestões das regiões Nordeste e Norte, respectivamente. Houve ainda seminários para colher proposições do Centro-Oeste, em Goiânia (9 e 10 de março) e Sudeste, em Uberlândia (dias 11 e 12 de março).

# Campanha ambientalista está a serviço dos gringos

Em vez de exterminar o futuro, o agronegócio extermina a fome no mundo. Micheletto e Lupion defendem a agropecuária em Comissões

Fotomontagem



## SOS MATA ATLÂNTICA

“Trata-se de um movimento agressivo, difamatório, nojento, sem escrúpulos e de caráter eleitoreiro”. Esta declaração é do presidente da Comissão Especial para Reforma do Código Florestal, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), ao comentar a campanha da Organização Não Governamental (ONG) Fundação SOS Mata Atlântica, “Exterminadores do Futuro”, lançada na manhã da quarta-feira (10/03), em Brasília, para identificar os políticos que não estão comprometidos com a legislação ambiental brasileira, segundo concepção dos ativistas desta organização ambientalista.

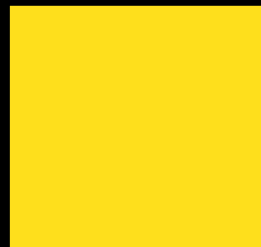
“Este Parlamento não pode ficar de cócoras para essas organizações que defendem não a agricultura brasileira, mas a européia e a americana”, disse Micheletto, “precisamos apurar de onde vem o dinheiro que financia essas organizações que vêm à nossa Casa lançar uma campanha que é uma verdadeira declaração de guerra contra todos nós”.

Para ele, a atitude das ONGs coincide com o fato de que o Brasil ultrapassou o Canadá e se tornou o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo, depois de deixar para trás Austrália e China. Atualmente, segundo ele, apenas Estados Unidos e União Européia vendem mais alimentos no planeta que os agricultores e pecuaristas brasileiros.

Essas agressões, segundo Micheletto, tentam intimidar o setor responsável por 42% das exportações, 37% dos empregos, 26% do PIB, pelo saldo positivo da balança comercial e pelo equilíbrio da inflação, como mostram os preços dos alimentos colocados à mesa do consumidor brasileiro, além de uma safra positiva de 144 milhões de toneladas de grãos colhidas este ano. “Como esses dados assustam nossos concorrentes, essas figuras estão agora a defender interesses alienígenas. Como se vê, somos exterminadores, sim, mas exterminadores da fome que grassa por esse mundo afora”, disse.

Micheletto informou que a Comissão Especial para a reforma do Código Florestal Brasileiro já promoveu cerca de 30 audiências públicas em todos os biomas com o objetivo de colher propostas e discutir com os segmentos interessados uma nova legislação ambiental para o Brasil, uma legislação moderna que venha ao encontro dos avanços do agronegócio brasileiro. “É estranho que esses defensores do meio ambiente não tenham apresentado sugestões nem participado desses encontros. O deputado Zequinha Sarney, por exemplo, não participou da audiência pública promovida em Imperatriz (MA). Não entendi o comportamento dele”, denunciou.

Parlamentares integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara Federal criticaram na sessão de hoje a iniciativa da bancada ambientalista de lançar essa campanha difamatória intitulada “Exterminadores do Futuro”. O recém-empossado presidente da Comissão, Abelardo Lupion (DEM/PR), criticou a iniciativa e disse que a bancada do agronegócio poderá denunciar os parlamentares envolvidos no Conselho de Ética da Câmara. Parlamentares de diferentes partidos, e que integram a Comissão de Agricultura, ficaram surpresos ao saber do lançamento da campanha e manifestaram apoio ao setor agrícola e ao debate estabelecido no Congresso Nacional sobre o meio ambiente.



O que o STF decidiu sobre o...

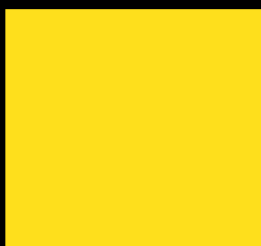
# FUNRURAL

» A contribuição ao SENAR continua valendo

» Os resultados da contribuição: 8.558 cursos do SENAR

» A decisão do STF só vale ao Frigorífico Mataboi

» O FUNRURAL NÃO ACABOU





No último dia 03 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o recolhimento pelo Frigorífico Mataboi S.A., de Minas Gerais, e seus fornecedores de bovinos para abate, da contribuição previdenciária do empregador rural pessoa física para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, como prevista no artigo 1º da Lei 8.540/92.

Essa decisão provocou muitas dúvidas. Não houve a dispensa pelo STF da obrigação nem mesmo do Frigorífico Mataboi em reter e recolher a contribuição ao SENAR. O STF julgou o caso concreto de uma empresa, o Frigorífico Mataboi. Portanto, a declaração da inconstitucionalidade e a exoneração da obrigação de reter a contribuição (do FUNRURAL) aplica-se apenas a essa empresa, não se estendendo aos demais produtores.

***A mesma Guia de Recolhimento da Previdência (GPS) do FUNRURAL (2%), comporta ainda 0,1% do RAT e 0,2% do SENAR.***

Essa contribuição devida ao SENAR continua sendo obrigatória, em razão de possuir natureza jurídica distinta e o STF declarou inconstitucional tão somente a contribuição devida à previdência social, não eximindo nenhum produtor rural de efetuar o recolhimento da contribuição ao SENAR.

Permanece também a obrigação da empresa adquirente, consumidora ou consignatária ou a cooperativa, como sub-rogada, de reter e efetuar o recolhimento da contribuição ao SENAR do valor descontado do produtor rural pessoa física, sob pena de responsabilidade. Essa obrigação está prevista no parágrafo 5º do artigo 11 do Decreto 566/92, com a redação dada pelo Decreto 790/93.

Outro ponto a ser analisado é que o não recolhimento do FUNRURAL implica no recolhimento sobre a Folha de Pagamento. O entendimento jurídico é no sentido de que, excluído dispositivo inconstitucional, revigora-se a legislação anterior (artigo 22 da lei 8.212/91, em sua redação original), de forma que será efetuada compensação, aplicando a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do período aos segurados empregados, empresários, trabalhadores avulsos e autônomos que lhes prestaram serviços, além do percentual do RAT. Essa foi a decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.215 (publicação em de 26/4/2001).

# A contribuição ao SENAR continua valendo

Veja e entenda o que o STF decidiu sobre o FUNRURAL



Há que se avaliar a conveniência da mudança da base de cálculo do FUNRURAL. Para muitos empregadores pessoa física, o valor do recolhimento sobre folha de pagamento será maior que o do recolhimento do FUNRURAL, que é sobre o valor da comercialização. Verifique:

***Total da comercialização anual x 2,1% =  
FUNRURAL pago no ano***

***Total mensal dos salários pagos aos empregados  
x 13,33 (12 meses + 13º + férias) x 23% =  
INSS sobre a folha de pagamento***

\* Não foi considerada a contribuição ao INCRA e salário educação (2,7% da folha), que também permanecem inalteradas.



## O FUNRURAL da pessoa física

Como a obrigação de recolher o FUNRURAL permanece, somente estarão dispensados do pagamento os produtores rurais empregadores pessoas físicas que tiverem amparados por uma decisão judicial que lhes favoreça. Ou seja, os produtores que ingressarem com ações judiciais e obtiverem liminar ou sentença que os desobrigue do pagamento do FUNRURAL.

Ocorre, porém, que nas ações em que produtores buscam o não recolhimento do FUNRURAL, as decisões dos Juizes e Desembargadores Federais têm sido pela plena legalidade do FUNRURAL. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS) tem entendimento consolidado da constitucionalidade desse tributo. Todas as decisões confirmam a obrigação do produtor empregador rural pessoa física em contribuir para a previdência sobre a receita bruta da comercialização da sua produção e a responsabilidade da pessoa jurídica adquirente dos produtos em reter e recolher essa contribuição.



### \* GPS

## A guia de recolhimento

O recolhimento para o SENAR continuará a ser efetuado através da Guia da Previdência Social (GPS) e arrecadada pela Receita Federal, como contribuição devida a Terceiros (SENAR), Códigos de Pagamento 2704, 2607, 2437 2011 se houver recolhimento concomitante para a Previdência Social, ou os Códigos de Pagamento 2615 e 2712, se for recolhimento apenas para o SENAR - Campo 09 - Valor de Outras Entidades.

## A decisão não atinge o segurado especial

No site [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br), todos os esclarecimentos sobre o Funrural

A decisão da STF considerando inconstitucional a contribuição de 2,1% (dois e um décimo por cento), incidente sobre o valor bruto do produto agropecuário comercializado, possibilita ao produtor rural obter, em devolução, tudo aquilo que foi recolhido pessoalmente ou através do adquirente, sub-rogado nas obrigações, após a retenção dos respectivos valores. Estas contribuições são substitutivas àquelas incidentes sobre a folha de salários dos empregados rurais.

A decisão não atinge o produtor rural-segurado especial, por exercer atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. A contribuição deste produtor rural, embora também com as mesmas alíquotas e incidentes sobre o valor bruto da comercialização agropecuária, tem como objetivo o custeio dos benefícios (aposentadoria, pensões, etc) destinados a todos enquanto que para o empregador rural é substitutiva da folha de salários.

O consultor de Previdência Social da FAEP, João Candido de Oliveira Neto, alerta ao produtor rural que esteja promovendo ação de restituição das contribuições incidentes sobre o valor bruto da produção comercializada, que observe se há coerência nos valores declarados no IR

Você pode obter mais esclarecimentos sobre essa questão, inclusive em artigo explicativo do consultor João Cândido, acessando o site [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br).

### \* SENAR-PR

O técnico da área de arrecadação do SENAR-PR, José Luiz Machado, participou de reuniões com o objetivo de orientar os produtores rurais a respeito do recolhimento do Funrural. Machado cumpriu agenda nos municípios da Lapa - 5 de março; Pitanga, dia 8; Cascavel, dia 9; Palotina, dia 11 e Paranavá, dia 15.

Nos encontros, ele orientou os produtores sobre os cálculos a serem feitos A orientação antes de pedir a restituição.

“O produtor pode entrar na justiça contra o recolhimento. É um direito dele. Mas é bom que faça os cálculos para saber se vale a pena”, diz Rocha

(Se não for pelo Funrural, a contribuição é feita sobre a folha de pagamento que representa 23% sobre o total da folha (20% do INSS + 3% do RAT - Riscos Ambientais de Trabalho).

MACHADO em Pitanga: orientação aos produtores



Divulgação



# Custo menor não garante rentabilidade do produtor

Cai o preço dos fertilizantes, mas grãos acumulam perdas

**O** item fertilizantes, que responde de 8% a 15% no custo de produção, apresentou redução de preço no mês de fevereiro/2010 que varia de 35% a 45% em relação ao mesmo período do ano passado, indicando custos menores para o milho, soja, feijão e trigo.

Os principais fatores da redução de preço foram a taxa de câmbio desvalorizada, favorecendo as importações, e produção nacional em recuperação, segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA.

## PREÇOS DOS FERTILIZANTES

Fonte: SEAB

	fev/09	fev/10	% Var.
Cloreto de Potássio	R\$ 1.820,85	R\$ 1.096,56	-39,8%
Super Fosfato Simples	R\$ 860,61	R\$ 510,53	-40,7%
Super Fosfato Triplo	R\$ 1.384,51	R\$ 808,49	-41,6%
Ureia	R\$ 1.102,76	R\$ 836,57	-24,1%
Adubo 00-20-20	R\$ 1.314,51	R\$ 799,15	-39,2%
Adubo 00-30-20	R\$ 1.605,56	R\$ 925,47	-42,4%
Adubo 04-30-10	R\$ 1.303,61	R\$ 851,39	-34,7%
Adubo 05-20-20	R\$ 1.437,11	R\$ 833,67	-42,0%
Adubo 08-30-20	R\$ 1.634,29	R\$ 980,42	-40,0%
Adubo 10-20-20	R\$ 1.545,70	R\$ 971,64	-37,1%

No entanto, os valores pagos aos produtores acumulam perdas. No período de novembro a fevereiro o preço da soja caiu 18,52% e do milho 9,15%. Estimativas de elevada produção e volumosos estoques corroem o mercado.

O preço do milho está abaixo do mínimo estabelecido pelo governo e cerca de 40% da segunda safra já está plantada, segundo a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, com expectativa de aumento na produtividade e uma produção 26% maior - indicando uma colheita de 5.769 mil toneladas.

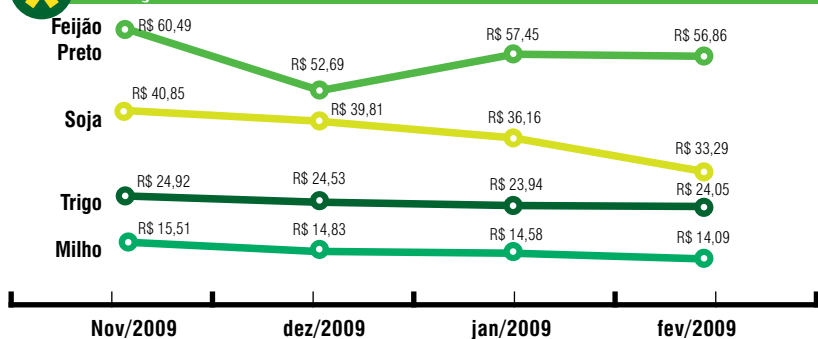
O feijão apresenta situação semelhante - preço abaixo do mínimo e que não cobre os custos de produção. O preço do trigo acumula perda de 7,6% desde agosto de 2009.

Na contramão disso a cotação do dólar melhorou, alcançando valorização de 3% desde janeiro, mas mantém tendência instável por conta

do mercado internacional. No entanto, a valorização não compensou a tendência dos preços internacionais que caíram respectivamente 6,01%; 5,64%; 3,88% para o trigo, milho e soja em comparação a janeiro-2010.

Milho, feijão e trigo estão sendo comercializados abaixo do valor mínimo e dependem de medidas do governo para apoio à comercialização. Até o momento, o trigo foi beneficiado com leilões de Prêmio de Escoamento do Produto - PEP, tendo sido comercializado 57,5% da safra paranaense, mas os leilões não foram suficientes para uma reação nos preços. Há ainda um volumoso estoque sem perspectiva de apoio à comercialização. Quanto ao feijão, as Aquisições do Governo Federal (AGF) estão previstas para março, porém poderão ser adquiridas apenas 390 sacas por produtor - quantidade que não atende às necessidades do setor.

## PREÇOS MÉDIOS PAGOS AOS PRODUTORES



Com produtividade média de 50 sacas por hectare, a soja ainda alcança rentabilidade média de R\$ 205,50 por hectare, mas a rentabilidade do milho, do feijão e do trigo não cobre os custos ficando negativa em R\$ 181,28, R\$ 402,74 e R\$ 304,00 respectivamente.

## PRODUTIVIDADE

Fonte: Conab/Seab

	Produtividade Média PR   sc/ha	Custo de Produção   sc	Preço Fevereiro 10 sc	Rentabilidade Média ha	Preço Mínimo (PGPM)
Milho	88	R\$ 16,15	R\$ 14,09	(R\$ 181,28)	R\$ 16,50
Soja	50	R\$ 29,18	R\$ 33,29	R\$ 205,50	R\$ 22,80
Feijão	26	R\$ 72,35	R\$ 56,86	(R\$ 402,74)	R\$ 80,00
Trigo	40	R\$ 31,65	R\$ 24,05	(R\$ 304,00)	1 » R\$ 33,80 2 » R\$ 30,60 3 » R\$ 25,07

Notas: (1) Tipo 1 (2) Tipo 2 (3) Tipo 3

É diante desse cenário de preços não remuneradores e de incertezas quanto ao acesso ao crédito, seguro e políticas de apoio à comercialização do governo federal que o produtor se depara no começo de 2010.



\* TÂNIA MOREIRA é economista da FAEP

Fotos: Arquivo

## DEU NA IMPRENSA

### Aposentados, por corrupção

» Em cinco anos de existência, o Conselho Nacional de Justiça já condenou 16 magistrados e afastou oito preventivamente - a maioria por corrupção. Treze deles receberam a pena máxima: aposentadoria compulsória, mas com vencimentos mensais que chegam a R\$ 24 mil.

*O Globo*

### A ditadura fiscal

» Após dez meses em hibernação na Câmara, os deputados vão começar a discutir nas próximas semanas um pacote tributário enviado pelo governo que promove um verdadeiro cerco aos contribuintes. No meio dos artigos para criar novos mecanismos de cobrança das dívidas ativas e penhora de bens, a Fazenda quer que seus fiscais ganhem poderes de polícia, sem autorização judicial. Os fiscais podem quebrar sigilo, penhorar bens e até arrombar portas de empresas e casas sem autorização prévia do Judiciário. Para o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, "joga no lixo a presunção da inocência que vale para todo o cidadão, tenha ou não problemas com a Receita".

*O Estado de S. Paulo*

### Chapa branca

» O jornalista e empresário Luís Nassif mantém um contrato anual, fechado sem licitação, de R\$ 1,28 milhão com a estatal EBC (Empresa Brasil de Comunicação), vinculada ao Palácio do Planalto e responsável pela TV Brasil. A empresa de Nassif, Dinheiro Vivo Agência de Informações, produz um debate semanal, de uma hora, e cinco filmetes semanais de três minutos.

*Folha de S. Paulo*

### Mais um

» O promotor José Carlos Blat, do Ministério Público do Estado de São Paulo, pediu a quebra do sigilo bancário e fiscal do novo tesoureiro do PT, o sindicalista João Vaccari Neto, investigado por supostos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, estelionato e apropriação indébita quando estava no comando da Bancoop.

*Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo*



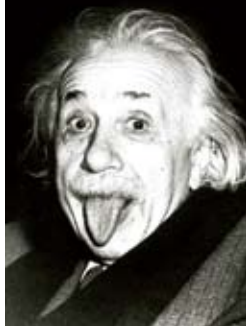
### Maçã?

» Em nenhum lugar da Bíblia diz que o fruto comido por Adão e Eva no Jardim do Éden é uma maçã. O fruto é chamado o "fruto da árvore" (isto é, a Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal), e nem os frutos nem a árvore é identificada. Em Inglês, até o século 17, "apple" era um termo genérico para todos os frutos que não tinham as bagas.



### Dívida com Einstein

» Se **ALBERT EINSTEIN** não tivesse vindo à Terra, pode ter certeza que sua vida seria diferente. Dificilmente você iria esquentar alimentos no forno de microondas, jogar videogame, ir ao médico e ser examinado por tomógrafo, visualizar a tela de cristal líquido de seu laptop, entre outras inovações que só foram possíveis com as intrincadas teorias do físico alemão.



### BEM NA FOTO



### Casal modelo

» Um casal de idosos jantava num restaurante. A esposa vê outro casal, quase da idade deles, sentado numa mesa próxima, com o marido sentado perto da esposa e o braço ao redor dela. Ele sussurra coisas no ouvido dela, que fica corada. Gentilmente acaricia o ombro dela tocando o seu cabelo. A mulher se volta para o marido e diz:

- Olhe aquele casal ali. Veja como o homem está perto da esposa, como ele está falando com ela. Veja como ele é doce. Por que você não faz isso também?

- O marido levanta os olhos da salada e olha de soslaio para a mesa ao lado. Então vira-se para a sua esposa e responde: querida, nem sequer conheço aquela mulher.





## Os burros são burros?

» Muito pelo contrário. São considerados até mais inteligentes que os cavalos e são cheios de personalidade. É muito provável que a fama do burro venha do seu hábito de empacar. O que pouca gente sabe é que os burros empacam simplesmente porque querem parar naquele determinado momento. Logo, quando mandamos o burro andar e ele não sai do lugar, não é porque é "burro" e não entende o que estamos falando. Na verdade, ele está fazendo o que ele quer e não o que nós queremos.

Foto: Bobby-Jo Vial/Reuters



## Lição da natureza

» Uma cria de elefante asiático, dada como morta quando ainda estava na barriga da mãe, nasceu com vida, o que foi considerado um "milagre" por seus tratadores em um zoológico da Austrália. Agora, os veterinários trabalham para manter o filhote vivo.

## Onomatopéia

» Não é um tipo de centopéia, mas ruídos, gritos, canto de animais, sons da natureza, barulho de máquinas, onde o timbre da voz humana faz onomatopéias. Por exemplo, para os índios tupis tak e tatak significam dar estalo ou bater e tek é o som de algo quebrando. As onomatopéias, em geral, são de entendimento universal. Aaai! - grito de dor; Ah! - grito de surpresa, dor, medo, pavor ou descoberta Ah! Ah! - risos Tatata! tarará! Corneta; Oops! upa! epa! - espanto; medo; surpresa.



## MOSAICO

### Origens

**ONDE JUDAS PERDEU AS BOTAS** » Existe uma história não comprovada, de que após trair Jesus, Judas enforcou-se em uma árvore sem nada nos pés, já que havia posto o dinheiro que ganhou por entregar Jesus dentro de suas botas. Quando os soldados viram que Judas estava sem as botas, saíram em busca delas e do dinheiro da traição. Nunca ninguém ficou sabendo se acharam as botas de Judas. A partir daí surgiu a expressão, usada para designar um lugar distante, desconhecido e inacessível.

**MARIA VAI COM AS OUTRAS** » A expressão teve origem em Portugal. **DONA**

**MARIA I**, mãe de D. João VI

(avô de D. Pedro I e bisavô de D. Pedro II), enlouqueceu de um dia para o outro. Declarada incapaz de governar, foi afastada do trono. Passou a viver recolhida e só era vista quando saía para caminhar a pé, escoltada por numerosas damas de companhia. Quando o povo via sua rainha levada pelas damas nesse cortejo, costumava comentar; "Lá vai D. Maria com as outras".



**CASA DA MÃE JOANA** » Na época do Brasil Império, mais especificamente durante a minoridade de Dom Pedro II, os homens que realmente mandavam no país costumavam se encontrar num prostíbulo do Rio de Janeiro, cuja proprietária se chamava Joana. Como esses homens mandavam e desmandavam no país, a frase "casa da mãe Joana" ficou conhecida como sinônimo de lugar em que ninguém manda.

**A PRAÇA VERMELHA** » A famosa praça de Moscou recebeu o seu nome não da Revolução bolchevique de 1917, que implantou o comunismo, mas de uma palavra russa, Krasnya, que significa vermelha e bela. É chamada de Praça Vermelha desde a Idade Média.



## O jaburu

» Uma das maiores aves da América do Sul e o Símbolo do Pantanal - Jaburu (Jabiru mycteria) - além do seu tamanho (1,10 m), chama a atenção pelo seu enorme ninho feito de galhos de arbustos secos, construído em árvores como o "manduvi" (Sterculia striata), a "piúva" (Tabebuia impetigosa) ou em troncos de árvores mortas.



“ **Porque Deus é bolivariano** ”

**HUGO CHÁVEZ**, confiando Nele para enfrentar o racionamento de energia na Venezuela.



# Uso de agrotóxico terá monitoramento eletrônico

SEAB cria sistema para controle de receitas e do comércio de agrotóxicos

A té o final de abril, todo agrotóxico comercializado no Estado terá um acompanhamento eletrônico feito pelo Departamento de Fiscalização Agropecuária (Defis), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab). O monitoramento do comércio e uso de agrotóxicos será realizado através do Sistema de Prescrição e Uso de Agrotóxicos do Estado do Paraná - Siagro, que oferece maior agilidade nas análises gerenciais dos dados.

Por meio de um software livre, as informações das receitas emitidas são transmitidas e disponibilizadas ao Defis. “Acreditamos que o Siagro trará benefícios, pois estará integrado ao banco de dados de agrotóxicos do Paraná e trará maior controle da aplicação do produto favorecendo a manutenção do meio ambiente,

a saúde do aplicador e dos consumidores”, diz Carla Beck engenheira agrônoma FAEP/DTE.

O engenheiro agrônomo, Adriano Riesemberg, do Defis/Seab, explica que além de uma atuação mais eficaz, o novo sistema possibilitará a formação de um banco de dados que será utilizado no desenvolvimento de políticas públicas. “Os dados permitirão a produção de diagnósticos sobre pragas e doenças agrícolas, agrotóxicos utilizados, locais de aplicação, entre outros. São conhecimentos importantes para a defesa sanitária e vegetal para o controle do comércio e uso de agrotóxicos”.

Outro aspecto ressaltado é que engenheiros agrônomos poderão fazer receitas no próprio sistema, com a segurança de dados fornecidos pelo Defis/Seab, aumentando o número de profissionais que as prescrevem. “Hoje muito poucos profissionais estão assumindo essa tarefa e isso tem sido apontado como uma das causas de desvios na prescrição de agrotóxicos”, diz Riesemberg. Ele explica que para os agricultores (usuários dos agrotóxicos) não mudará nada com o novo sistema. “A obrigação de uso do Siagro incide apenas sobre os comerciantes, que deixam de enviar uma terceira via das receitas e passam a enviar eletronicamente algumas informações que vão compor o já referido banco de dados de agrotóxicos”. A fiscalização

“ Os dados permitirão informações importantes para a defesa sanitária e vegetal para o controle do comércio e uso de agrotóxicos”

ADRIANO RIESEMBERG,  
engenheiro agrônomo do Defis/Seab

continuará sendo feita pelos engenheiros agrônomos do Defis, lotados nos 20 núcleos regionais da SEAB. Eles verificarão se os comerciantes estão vendendo os agrotóxicos mediante apresentação da prévia receita e se as informações estão sendo enviadas semanalmente. “A fiscalização em propriedades serve para confirmar a veracidade das receitas e se os produtores estão respeitando as prescrições”, segundo Riesemberg.

## \* FISCALIZAÇÃO

Adriano Riesemberg lembra que as obrigações não mudam. Os produtores somente podem usar os agrotóxicos conforme as prescrições das receitas. Aos profissionais cabe prescrevê-las somente quando necessário o uso e de acordo com os registros e autorizações válidas para o Paraná. Os comerciantes são obrigados a vender apenas mediante apresentação da receita. “Dessa forma, cada categoria responde pelas suas obrigações. Ao usar determinado agrotóxico contrariamente ao que está indicado na receita, o produtor pode ser punido. Por exemplo, a deriva do agrotóxico com dano a lavoura vizinha, a intoxicação de trabalhador, a contaminação de águas ou o resíduo de agrotóxico gerado não permitido ou acima do limite estabelecido para a cultura (produto), são infrações”.

A punição depende da gravidade da infração, podendo ser uma simples advertência, multas, até a destruição da produção contaminada.

A engenheira agrônoma FAEP/DTE Elisangeles Souza, afirma que “O produtor precisa ficar atento. Todo produto que ele comprar está sujeito a fiscalização e a embalagem deverá ser devolvida ao fabricante”.

Ela diz que “o SIAGRO pode ser uma ferramenta importante para segurança alimentar, principalmente na área de fruticultura e olericultura, ou seja todo o agrotóxico aplicado atualmente poderá ser identificado”.

“Nosso objetivo é a construção de uma nova situação e estamos verificando se os comerciantes e profissionais envolvidos estão receptivos e apóiam o novo sistema. Além do evidente interesse público, o Siagro diminui custos e simplifica procedimentos operacionais das empresas”, conclui Riesemberg.

Segundo dados da Seab, atualmente são emitidas cerca de 3 milhões de receitas agrônomicas por ano, com a utilização de 80 mil toneladas de agrotóxicos junto à agricultura paranaense. O Siagro foi desenvolvido em parceria entre Seab, Celepar e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

# AGF trigo, milho e feijão

## Governo aprova R\$ 125 milhões a produtores paranaenses

Feijão, trigo e milho já podem ser depositados nos armazéns credenciados pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, para as compras por meio de Aquisições do Governo Federal (AGF). O governo aprovou, para este mês, R\$ 215,1 milhões para a compra dos produtos, dos quais R\$ 125 milhões são para o estado do Paraná.

A FAEP vem solicitando ao governo, desde janeiro, o apoio a comercialização do feijão, trigo e milho, bem como acompanhando a situação dos produtos quanto aos preços, financiamento e seguro.



MARÇO | PARANÁ

### TRIGO

Serão adquiridas 140 mil toneladas aos seguintes preços mínimos:

CLASSE	TIPO	PH	PREÇO (sc)
PÃO	1	78	R\$ 31,80
	2	75	R\$ 29,22
MELHORADOR	1	78	R\$ 33,30
	2	75	R\$ 30,60

Fonte: Conab

O limite de entrega por produtor é de 1.000 sacas de 60 kg.

O valor aprovado para o Paraná representa 58% do valor total aprovado para o trigo - ou R\$ 70 milhões dos R\$ 119,1 milhões aprovados para a região Sul e São Paulo.

### MILHO

Para o milho, o limite é de 3.302 sacas por produtor ao preço de R\$ 17,46. As entregas já podem ser feitas nos armazéns credenciados.

O governo vai adquirir 150 mil toneladas neste mês, um total de R\$ 43 milhões ou 76% do que será comprado no total.

### FEIJÃO

Para o feijão serão adquiridas 9.023 mil toneladas neste mês. O limite por produtor é de 390 sacas de 60 kg ao preço mínimo de R\$ 80,00.

O produtor deve preencher a declaração sobre produção. O documento pode ser obtido e assinado pela Emater e Sindicatos Rurais. É uma comprovação da quantidade entregue e área cultivada na propriedade. Confira no site [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br)

## Marechal Cândido Rondon

**V**aldemar Eduardo Kaiser foi reconduzido à presidência do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon no dia 27 de fevereiro. A nova diretoria terá a responsabilidade de dirigir o Sindicato pelo período de 27/02/2010 a 27/02/2013.

## Cândido de Abreu

**J**osé Maria Reis Júnior assumiu no último dia 26 de fevereiro a presidência do Sindicato Rural de Cândido de Abreu. Moacir Pereira Cruz, vice-presidente, Dario Moura e Valter Szczepanski, secretários, compõem a diretoria eleita do sindicato para o triênio 2010/2013.

### ERRATA

## Engenheiro Beltrão

**D**iferente do que publicamos na edição nº 1085 deste Boletim, a nova diretoria assume o Sindicato Rural de Engenheiro Beltrão para o triênio 2010/2013. Victor Vicari Rezende tomou posse como vice-presidente. Também fazem parte da diretoria Elton Clóvis Micheloni (secretário) e Antonio Carlos Brunetta (tesoureiro).

### JAPURÁ

## Avicultura

**A**nálise da viabilidade do empreendimento e o custo de produção de frango foram temas da palestra proferida pelo consultor técnico da FAEP, Luiz Antônio Digiovani. O evento no Sindicato Rural de Japurá teve o apoio da AAVIACRE (Associação dos Avicultores de Cianorte e região) e do Sindicato Rural de Cianorte.



### APUCARANA



Fotos: Divulgação

## FAEP leva estudantes à AgroEx

**A**lunos do Colégio Agrícola e dos cursos de Agronegócio da Facnopar e de Comércio Exterior da Fecea participaram do Seminário do Agribusiness no AgroEx, no dia 05 de março, em Londrina. “Estamos preparando os futuros dirigentes da agropecuária paranaense”, afirmou Jorge Nishikawa, presidente do Sindicato Rural de Apucarana. A iniciativa foi da entidade com apoio do Sistema FAEP.

### CAMPO MOURÃO

## Artesanato em palha de milho

**O** Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Sindicato Rural de Campo Mourão e o SENAR-PR realizaram o curso de Artesanato em Palha de Milho em Luiziana, dias



22, 23 e 24 de fevereiro. Quinze produtores participaram da capacitação ministrada pela instrutora do SENAR-PR, Harte Radeki.

### PEROBAL

## Produtores investem em eucalipto

**E**m parceria com o SENAR-PR, o Sindicato Rural de Perobal realizou um curso de cultivo de eucalipto, dias 24 e 25 de fevereiro. O instrutor do SENAR-PR, Elio Ito, ensinou aos 15 participantes técnicas para o cultivo do eucalipto como uma grande oportunidade de investimento aos produtores da região.



### NOVA AMÉRICA DA COLINA

## Bovinocultura de leite

**O** SENAR-PR realizou um curso de bovinocultura de leite para os produtores rurais de Nova América da Colina, no dia 25 de fevereiro. O curso foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Cristiano Leite Ribeiro.







## Atenção para a RAIS

Os produtores rurais devem estar atentos quanto à declaração anual da RAIS, ano base de 2009. O prazo para a entrega encerra-se no dia 26 de março de 2010 e a princípio não será prorrogado. Quem não enviar a declaração no prazo estabelecido bem como omitir informações ou prestar declaração falsa ou inexata estará sujeito ao pagamento de multa cujo valor inicial é de R\$ 425,64 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), conforme determina a Portaria n.º 14 de 10 de fevereiro de 2006, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Devem fazer a declaração, os empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base de 2009 bem como os inscritos no CNPJ com ou sem empregados. O produtor rural que não possui empregado ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base de 2009, está obrigado a declarar e entregar a RAIS negativa. (Veja mais no site [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br))

## O PIB brasileiro

No ano passado, o PIB brasileiro somou R\$ 3,143 trilhões em valores correntes. Já o PIB per capita (renda por habitante) teve queda de 1,2% em volume, para R\$ 16.414, resultado também do crescimento de 0,9% da população. No quarto trimestre, o PIB brasileiro cresceu 2,0% na comparação com os três meses anteriores, no melhor resultado do ano. A indústria registrou o maior aumento, de 4,0%, seguida pelos serviços (0,6%) e pela agropecuária (0,0%). Os investimentos tiveram alta de 6,6%, enquanto o consumo das famílias cresceu 1,9%, e as despesas da administração pública tiveram expansão de 0,6%. Frente ao quarto trimestre de 2008, houve crescimento de 4,3%, após três trimestres consecutivos de contração da economia nessa comparação.

## Limpeza do Rio Tibagi

O programa Mulher Atual propõe às participantes, ao final do curso, realizar uma ação social. E isso tem gerado boas iniciativas. Em Jataizinho as produtoras rurais que fizeram o curso mobilizaram um mutirão para limpar a margem do Rio Tibagi. “A ideia partiu naturalmente das participantes, pois este é um problema que afeta a comunidade toda”, disse Zeila Manchini, instrutora do SENAR-PR.

O curso aconteceu nos meses de julho e agosto de 2009 e neste mês algumas participantes se reencontraram em outro curso do SENAR-PR. Resultado: estão programando um novo mutirão para a limpeza do rio. “Deixar o rio limpo é importante para todo mundo, principalmente para a comunidade que vive perto dele”, disse a produtora rural Sonia Maria Antunes Pínea. Como da primeira vez, elas querem usar carro de som, anúncio nas emissoras de rádio e cobertura da imprensa.



**ERRATA:** O atento leitor Leomar Ferreira de Barros, de Jaguariaíva, nos informa que na matéria “A contribuição ao SENAR continua valendo” (pg. 10 e 11), da edição 1085 deste Boletim há dois erros:

- » 1º | Na tabela sobre o cálculo do INSS sobre a folha de pagamento o 13,33 (12 meses + 13o. + férias) não tem %.
- » 2º | No quadro comparativo sobre a saca de milho, 100 sacas equivalem a R\$ 1.432,00 (valor com base no preço médio da saca no Paraná no dia 24 de fevereiro) e não 1000 conforme publicamos.

## Rússia de bem com o bacon americano...

» A pendenga começou dezembro de 2009. Os russos detectaram resíduo de tetraciclina na carne suína americana. Com o circo armado, os russos fecharam as portas pra carne de 13 plantas processadoras, responsáveis por 90% das exportações americanas. Mas parece que eles já chegaram a um acordo. As negociações resultaram em um novo certificado sanitário que assegura que os Estados Unidos cumprem as exigências russas quanto à carga microbiológica e controle de resíduos de antibióticos. Os embarques já recomeçaram. A Rússia é o 5º mercado de produtos suínos dos EUA. Representa US\$ 257 milhões. Os EUA exportam 20% de toda carne suína que produz.

## ...mas carne de frango, nem pensar!

» Uma delegação americana esteve em Moscou para negociar a retomada das compras de carne de frango pelos russos. Por causa do tratamento das carcaças de frango com água clorada, os russos pararam de comprar frango americano em dezembro de 2009. Neste caso, as negociações são mais complicadas. Os russos querem aumentar sua produção interna para diminuir a dependência de outros países. No entanto, a coisa não está caminhando como eles esperavam. O crescimento da produção interna é demorado e eles esqueceram desse detalhe. Os preços no mercado interno já subiram 20% desde o início do embargo. Que mancada!

## UE mais “hermana” do que nunca

» A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, anunciou na semana passada, em um discurso em cadeia nacional, que a União Européia decidiu ampliar a cota anual de importação de carne bovina argentina. Depois de vários anos de insistência, a UE aceitou ampliar em mil toneladas por ano a exportação de carne de alta qualidade, a famigerada Cota Hilton. Com a ampliação, a Argentina poderá exportar 30 mil toneladas de carne dentro da cota. Em dólares, o aumento representa US\$ 114 milhões. Em 2009, a Argentina exportou apenas 22.400 toneladas de carne dentro da Cota Hilton, somando US\$ 218 milhões. Os melhores clientes foram Alemanha, Holanda, Itália e Grã-Bretanha. As exportações totais de carne em 2009 foram de 419.335 toneladas, 57,5% maiores que em 2008.



# Decreto executivo federal e alcance jurídico

A Constituição em seu artigo 84, IV, outorga a prerrogativa da sanção e promulgação das leis e, ainda, a expedição de decretos e regulamentos no ensejo da fiel execução da legislação. Em verdade, o decreto não pode inovar perante a lei que se acha a explicar e regulamentar. A natureza do decreto é apenas declaratória no que concerne a aplicação da norma legal pretérita. Alguns princípios presidem o direito constitucional e mostram-se fundamentais para o regular exercício entre os Poderes, principalmente o Legislativo e o Executivo. Não há também que se estabelecer confusão entre o simples decreto, conforme dito, de natureza declaratória, com a Medida Provisória, esta efetivamente de caráter legislativo, cujo trâmite legal encontra-se previsto na Carta. O decreto executivo jamais terá o alcance de se sobrepor à lei, modificá-la ou inová-la. Nesse caso apresenta-se nulo ou inócuo em termos jurídicos. Os objetivos administrativos ali eventualmente contidos apenas demonstrarão intenção, jamais efetividade.

A Constituição estabelece que a aprovação das leis dar-se-á no âmbito restrito do Poder Legislativo. Com isso gera garantia a todos, porquanto o foro de debate para sua aprovação ou reprovação é amplo, isto é, o órgão colegiado das casas legislativas, em todos os seus níveis. Desde a câmara municipal até o congresso nacional. Os poderes de sanção, promulgação e publicação das normas legais competem

ao executivo. O que define os espaços constitucionais é o princípio da separação dos poderes. Não poderá jamais ocorrer usurpação da competência do Poder Legislativo, porquanto o equilíbrio dos poderes é fundamental para a existência do Estado. Enfim, os poderes constituídos limitam-se às suas competências específicas na conformidade dos ditames constitucionais. Por sua vez, o controle jurisdicional da reserva legal e da separação dos poderes, conquanto princípios constitucionais, pertence ao Supremo Tribunal, bem como o controle difuso das determinações contidas na Carta.

Na realidade, o decreto que esteja a criar direitos novos ou a modificar antigos, acha-se a afrontar também o princípio da interdependência e harmonia entre os poderes. A regulamentação da norma legal, mediante decreto, que infringir o seu conteúdo ou objetivo estará gerando violação do dever de constitucionalidade. Os decretos executivos têm a finalidade constitucional de assegurar a correta execução do que se acha posto na norma. A extrapolação dessa compreensão determina a sua inocuidade como instrumento legislativo. O decreto é inservível para criar direitos ou obrigações, pois, tal desiderato cabe unicamente à lei devidamente aprovada no Legislativo, atendidos os seus trâmites próprios. O controle jurídico-constitucional é do Supremo Tribunal Federal, a quem cabe dirimir as controvérsias dessa natureza.

**“ Os decretos executivos têm a finalidade constitucional de assegurar a correta execução do que se acha posto na norma ”**



**Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar**  
**Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná**  
**Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124**  
**email: [faep@faep.com.br](mailto:faep@faep.com.br) | site: [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br)**

**Presidente**  
 Ágide Meneguette

**Vice-Presidentes**  
 Moacir Micheletto  
 Guerino Guandalini  
 Nelson Teodoro de Oliveira  
 Francisco Carlos do Nascimento  
 Ivo Polo  
 Ivo Pierin Júnior

**Diretores Secretários**  
 Livaldo Gemin  
 Pedro Paulo de Mello

**Diretores Financeiros**  
 João Luiz Rodrigues Biscaia  
 Paulo José Buso Júnior

**Conselho Fiscal**  
 Sebastião Olímpio Santoroza  
 Luiz de Oliveira Netto  
 Lauro Lopes

**Delegados Representantes**  
 Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,  
 Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



**SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná**  
**Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar**  
**Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná**  
**Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779**  
**e-mail: [senarpr@senarpr.org.br](mailto:senarpr@senarpr.org.br) | site: [www.senarpr.org.br](http://www.senarpr.org.br)**

**Conselho Administrativo**  
**Presidente**  
 Ágide Meneguette - FAEP

**Membros Efetivos**  
 Ademir Mueller - FETAEP  
 Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC  
 Darci Piana - FECOMÉRCIO  
 Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal | Membros Efetivos**  
 Sebastião Olímpio Santoroza  
 Luiz de Oliveira Netto  
 Jairo Correa de Almeida

**Superintendência**  
 Ronei Volpi

## BOLETIM informativo

Marcos Tosi (redator)  
 Cynthia Calderon (redatora)  
 Leonardo Fagundes (redator)

**e-mail: [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br)**

**Diagramação e projeto gráfico**  
 Ctrl S Comunicação | [www.ctrlscomunicacao.com.br](http://www.ctrlscomunicacao.com.br)

*Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.*

# Um Raio X do crédito rural

**C**onfira a seguir a análise sobre o panorama do crédito rural no País:

## **Custo menor e mais financiamento liberado**

A programação de recursos para o crédito rural oficial da agricultura empresarial aumentou de R\$65BI para R\$93BI (42%) da safra 2008/09 para a vigente. Houve uma redução média no custo de produção de grãos entre 20% a 25% da safra anterior para a atual. Mesmo com orçamento menor dos produtores para fazer a safra houve um aumento de 15% na aplicação de recursos em custeio no Brasil.

## **Proger rural desponta**

O Proger Rural foi reformulado no último Plano Agrícola conforme defendia a FAEP. Os resultados começam a aparecer. Com as novas regras de enquadramento aumentou o número de produtores que tiveram acesso a taxas de juros menores. No custeio já foi liberado R\$1,5BI contra apenas R\$260MI da safra anterior, ou seja, um acréscimo de 493% !! O Paraná foi um dos mais beneficiado com essas mudanças, tendo em vista a estrutura fundiária.

## **Investimento em alta**

Nos programas de investimento é possível que faltem recursos para atender o aumento da demanda do Proger. A linha tem R\$500MI e já foram utilizados R\$405MI. O Ministério da Agricultura deve realocar recursos de outros programas caso falte dinheiro até junho.

## **Financiamento mais caro em baixa**

Os investimentos das linhas tradicionais com juros mais altos como o Moderfrota (9,5%) tiveram redução de 83% na procura devido ao novo programa do BNDES para financiamento de bens de capital (PSI-BK) com juros mais acessíveis de 4,5% ao ano. Com isso o PSI-BK liberou R\$2BI para financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas em menos de cinco meses de operação. Esse programa tem prazo para terminar. O ideal é que o produtor interessado entre com o pedido o quanto antes nos agentes financeiros.

## **Áreas degradadas**

O Programa de investimento de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) teve aumento na liberação dos recursos, mas ficou aquém do esperado pelo governo. No Plano Agrícola e Pecuário 2010/11 devem ser anunciadas novas medidas para projetos destinados à recuperação de áreas degradadas.

## **Carteira do BB chega a R\$66BI**

A carteira de crédito rural do BB é de R\$66 BI (agronegócio representa 22% das operações do banco) e conta com 1,6 milhão de clientes produtores, sendo 1.357 mil do Pronaf e 252 mil médios e grandes produtores. O Banco do Brasil responde por mais de 70% do crédito rural oficial do Paraná.

## **Liberação de custeio no BB reduz no Paraná**

O desembolso de custeio reduziu em 11% na agricultura empresarial e 7,6% no Pronaf até fevereiro comparando com o mesmo período da safra anterior. Os problemas de acesso ao crédito de milho safrinha ainda não refletiram nesse levantamento.

## **Investimento surpreende no Paraná**

Se por um lado houve redução na liberação de custeio, por outro há um aumento considerável de 80% nas operações de investimento em relação à safra passada na agricultura empresarial e 42,8% no investimento via Pronaf. A carteira de investimento empresarial teve aumento médio de 50% no Brasil.

## **Concentração de crédito**

Soja, bovinos, milho e café concentram 68,5% do volume total liberado de recursos das linhas de custeio no BB na carteira nacional da agricultura empresarial. No Pronaf as mesmas atividades concentram 76% do total.

## **Novo modelo de crédito rural**

A FAEP vai defender uma reformulação geral do atual modelo de financiamento da atividade agropecuária e da legislação de crédito rural que data de 1965.



\* PEDRO LOYOLA é economista da FAEP

» [pedro.loyola@faep.com.br](mailto:pedro.loyola@faep.com.br)



# Paraná supera São Paulo

É a primeira vez que o valor agropecuário paranaense ultrapassa o da "locomotiva" do país

Como faz anualmente, o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA) divulgou informações sobre a composição do valor da produção agropecuária do Brasil e de todos os estados do País. Na elaboração são utilizados os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009); pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2009) e pelo anuário ANUALPEC (2009).

O Paraná foi o estado com a maior produção agropecuária do Brasil em 2008 (último ano da pesquisa), com o Valor da Produção Agropecuária (VPA) de R\$30,7 bilhões, correspondente a 12,8% do total brasileiro. Neste ano, pela primeira vez, o Paraná ultrapassa o Estado de São Paulo no ranking brasileiro do VPA, graças ao aumento do valor (22,6%), muito superior ao de São Paulo (2,1%), que foi de R\$30,5 bilhões. O crescimento do valor da produção de soja, principal produto do Paraná, de 48,1% (equivalente a R\$2,8 bilhões) em 2008, contribuiu acentuadamente para o desempenho estadual.

O valor da produção agropecuária (VPA) do Brasil, em 2008, composta por 71 produtos, totalizou R\$ 239,8 bilhões, em moeda corrente daquele ano.

Segundo trabalho semelhante a esse, utilizando dos mesmos dados, o VPA brasileiro em 2007 foi de R\$ 198,0 bilhões. Portanto, verificou-se crescimento de 21,1%, em termos correntes.



#### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar  
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

#### \* VALOR DA PRODUÇÃO

- 1 Paraná » R\$ 30.660.098 (12,78%)
- 2 São Paulo » R\$ 30.478.391 (12,71%)
- 3 Minas Gerais » R\$ 29.174.493 (12,17%)
- 4 Rio Grande do Sul » R\$ 27.408.171 (11,43%)
- 5 Mato Grosso » R\$ 23.381.399 (9,75%)
- 6 Goiás » R\$ 16.344.935 (6,82%)
- 7 Bahia » R\$ 13.999.076 (5,84%),
- 8 Santa Catarina » R\$ 12.396.705 (5,17%)
- 9 Mato Grosso do Sul » R\$ 11.104.609 (4,63%)
- 10 Pará » R\$ 7.784.478 (3,25%)

» Valor da Produção em R\$1.000,00

#### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

#### REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_